

# DF - Brasília Retorno aos velhos tempos

PAULO CASTELO BRANCO (\*)

No trabalho *Brasília Revisada*, Lúcio Costa reexaminou as várias questões que afetavam a cidade como Patrimônio da Humanidade. Este documento redefiniu a cidade e examinou as questões que poderiam ser apreendidas na conceção de Brasília, oferecendo as diversas opções de melhorar a qualidade de vida da comunidade.

Em nenhum momento o criador pretendeu modificar o que substancialmente representava a idéia original do presidente Juscelino Kubitschek, que era a capital federal irradiando o desenvolvimento para o interior do país. Esta questão se observou até mesmo quando foi definida uma área menor do que a previsão originalmente na Constituição. Já naquela época, o presidente deveria imaginar que só um pequeno pólo poderia ser a mola propulsora de todo o progresso nacional. E assim aconteceu. Brasília cresceu e promoveu todo o Centro-Oeste.

Hoje constatamos que a capital federal está sendo sufocada pela pressão externa da população que insiste em se manter em uma cidade construída para ser administrativa e sem recursos para suprir as necessidades daqueles menos favorecidos e que acreditam na possibilidade de viverem sem emprego, saúde, moradia e trabalho.

Pretendemos discutir uma idéia que, aliás, não é original, é somente reapresentada nestes novos tempos. Muito se discute sobre a possibilidade do aumento

da área do Distrito Federal, sob o pretexto de que é necessário proteger Brasília da pressão econômica do chamado Entorno. Esta hipótese nos levará, no meu entender, a uma permanente expansão do território do Distrito Federal, pois todos preferem ser protegidos por verbas federais. Por que não discutirmos a redução deste mesmo território?

A hipótese que já temos de

Norte, Paranoá, Núcleo Bandeirante e Guará. Muitos serão os opositores da idéia, no entanto, o momento é propício para a discussão pela proximidade da Revisão Constitucional na qual poderemos submeter as nossas pretensões e buscarmos o melhor para nossa cidade.

A modificação transformaria cidades como Taguatinga, com seu comércio e indústria independentes, como a segunda maior cidade de Goiás. Os nossos deputados distritais que se elegeram com os votos das cidades satélites passariam a desenvolver o seu trabalho comunitário sem a dependência de verbas federais, pois poderiam lutar em prol dos interesses de eleitores ligados diretamente a eles.

A aglutinação dos novos assentamentos, que durante algum tempo necessitariam da ajuda federal, teria benefícios imediatos com a eleição de prefeitos e vereadores. O estado de Goiás receberia a colaboração do governo federal no desenvolvimento da região que aí sim, poderia se transformar em pólo de desenvolvimento.

O Plano Piloto se manteria como área protegida pelo Patrimônio da Humanidade da Unesco e a capital federal teria reduzido os seus custos, armando com sua manutenção e segurança, assegurada, é claro, a sua autonomia política. Esta é uma idéia para ser debatida.

batido em pequenos círculos é a possibilidade de retornarmos às origens de Brasília, quando a cidade era o Plano Piloto e o Núcleo Bandeirante. É claro que em termos de redimensionamento do espaço seria necessário que algumas outras regiões ficassem como integrantes do Distrito Federal.

O que imaginamos é uma área correspondente à área tomada pelo Patrimônio Cultural da Humanidade, isto é, o Plano Piloto acrescido dos Lagos Sul e

JORNAL DO BRASIL

(\*) Advogado, membro da Comissão de Direito Ambiental da OAB-DF, presidente da Associação dos Amigos da Ciclovía do Lago Sul